

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
INFORME SEBIB Nº 54/14

A Seção da Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO N 230 – nov/2014
SUMÁRIO

- Do direito ao crédito de ICMS sobre bens do ativo imobilizado cedidos em comodato – *André Mendes Moreira*
- PIS e Cofins. Uma proposta objetiva para a definição do conceito de insumo – *Bruno Fajersztajn*
- O ICMS nas transferências interestaduais entre estabelecimentos da mesma empresa: a constitucionalidade da incidência à luz da reformulação da tradicional teoria da circulação jurídica – *Cristina Ricardo Prado Moisés*
- A cobrança do IPVA do credor fiduciário na alienação fiduciária em garantia – *Guilherme Cezaroti*
- Dimensão semântica dos signos lingüísticos “receita” e “faturamento” no Direito Tributário e a inconstitucional inclusão dos valores do ICMS na hipótese de incidência e base de cálculo do PIS e do Cofins – *Jefferson Marcos Biagini Medina*
- Efeitos tributários da alteração, da repactuação e da novação de contrato de mútuo passivo internacional (empréstimo externo) registrado no Banco Central do Brasil a partir de 2013 – *Leonardo Freitas de Moraes e Castro*
- Do conceito de alienação para fins de apuração do ganho de capital – *Miguel Delgado Gutierrez*
- Os juros tributários e os três paradoxos do contribuinte curioso – *Osly da Silva Ferreira Neto*
- A possibilidade de atribuição de efeitos retroativos à “nova” base de cálculo do PIS e da Cofins para as operadoras de planos de saúde – *Pedro Guilherme Modenese Casquet e Cesar Augusto Seijas de Andrade*

- Os mecanismos de resistência fiscal e as condições para a dedução de despesas em operações com paraísos fiscais – reflexões sobre o artigo 26 da Lei nº 12.249/2010 – *Ramon Tomazela Santos*
- Considerações sobre a obrigação tributária principal e acessória – *Renato Lopes Becho*
- O descumprimento das decisões do STJ pelo Carf com relação à coisa julgada da CSLL – *Rodrigo Martone e Bruno Ventura*
- Atos normativos federais e publicação obrigatória no *Diário Oficial da União*: O caso das “Notícias Siscomex” e sua divulgação apenas no Portal Siscomex – *Rogério Pires da Silva*
- Entidade imune e a contratação de seguro para proteção de seus gestores, em caso de sinistralidade – Inteligência dos arts. 150, inciso VI “c”, parágrafo 7º, da CF e art. 14 do CTN, assim como da legislação infraconstitucional – *Ives Gandra da Silva Martins e Marilene Talarico Martins Rodrigues*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados

Salvador, 19 de novembro de 2014